

O CIBERESPAÇO E O POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO EM COMENTÁRIOS *ON-LINE*

Maria Lígia Freire Guilherme^a

Paula Ávila Nunes^b

RESUMO

Buscamos relacionar as noções de *ciberespaço*, *tecnologias* e *práticas sociaiscontemporâneas* partindo da compreensão de que os espaços *on-line* permitem outras formas de expressão e interação, que contribuem para a formação e manutenção de identidades do sujeito. Para tanto, empreendemos uma análise dialógica, com base em Bakhtin, da interação entre usuários no campo de comentários de uma notícia de um grande portal de notícias.

PALAVRAS-CHAVE: ciberespaço; comentário *on-line*; identidade

Recebido em: 28 out. 2016

Aprovado em: 30 mar. 2017

Tecnologias de comunicação e informação e práticas sociais

A configuração econômica, social e tecnológica que nos trouxe ao conjunto atual das tecnologias de comunicação e informação começa a se desenvolver em meados da década de 1970, momento em que houve uma

^a Graduada em Letras (Português/Inglês) e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), na área de concentração de Linguagem e Tecnologia.

^b Doutora em Letras e Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), na área de concentração de Linguagem e Tecnologia.

convergência dos meios de telecomunicação analógicos com os conhecimentos da informática, criando um subproduto até então restrito a usos militares e científicos: o computador pessoal (LEMOS, 2015, p.99 ss). Esse fenômeno, comumente rotulado de *revolução digital* ou *era do hipertexto* (XAVIER, 2013, p. 43), imprimiu modificações aos nossos modos de produção de conteúdo, alterando parte da economia da comunicação humana e fazendo emergir o que hoje conhecemos como cibercultura, esse conjunto de “fenômenos que nascem à volta das novíssimas tecnologias de comunicação, da chamada informática de comunicação ou mídia digital interativa” (RÜDIGER, 2013, p. 13), e que “tende a reduzir o poder das empresas multimídia de maior porte sobre o público e anuncia o fim ou o declínio da autoridade dos especialistas em cultura e comunicação” (RÜDIGER, 2013, p. 35).

Na esteira desse raciocínio, pode-se perceber que essa mudança nos aparatos mediadores de comunicação contribuiu para que as mídias de massa – representadas pela imprensa, televisão, rádio – progressivamente dessem espaço para “formas individualizadas de produção, difusão e estoque de informação” (LEMOS, 2015, p. 69). Para esse mesmo autor (LEMOS, 2015), tal como já afirmavam Deleuze e Guattari, a veiculação de informações nesse contexto comunicativo não obedece mais ao que se chama de “hierarquia da árvore” – em que há um polo gerador de conteúdo para todos – mas, sim, a uma estrutura rizomática, em que conteúdos são produzidos e veiculados por todos e para todos, fugindo da lógica gutemberguiana até então vigente na produção e publicação de informação, como atesta Shirky (2011, p. 45):

Publicar costumava ser algo que precisávamos pedir permissão para fazer; as pessoas cuja permissão precisávamos pedir eram os editores. Não é mais assim. Os editores ainda cumprem outras funções (...), mas não são mais a barreira entre textos públicos e privados.

Nessa conjuntura, em que as condições de produção e disseminação de informação se encontram “em novas mãos”³, o carro-chefe de nossas práticas

³ Shirky (2011, p. 38) bem lembra que “não só a mídia social está em novas mãos – as nossas –, como também, quando as ferramentas de comunicação estão em novas mãos, elas assu-

de comunicação na cibercultura parece ser a possibilidade de interação entre os interlocutores e o descentramento da informação, além, é claro, da possibilidade de coordenação conjunta de esforços para um objetivo comum:

Algo que torna a era atual notável é que podemos agora tratar o tempo livre como um bem social que pode ser aplicado a grandes projetos criados coletivamente, em vez de um conjunto de minutos individuais a serem aproveitados por uma pessoa de cada vez (SHIRKY, 2011, p. 15).

Assim, para Lemos (2015, p. 69), “as novas tecnologias de informação devem ser consideradas em função da comunicação bidirecional entre grupos e indivíduos, escapando da difusão centralizada da informação massiva”, próprias de um período em que publicar e/ou dividir informação era oneroso. Destarte, com a possibilidade de comunicação não mais de um-para-muitos (POE, 2011, p. 170), como acontecia nas mídias de massa pré-Internet, mas agora de muitos-para-muitos, a noção do senso comum de que as tecnologias determinaram e determinam diretamente as mudanças sociais é cada vez mais fomentada, ainda que de forma equivocada. Não raro, por exemplo, é ouvirmos que a Internet “mudou radicalmente nossas formas de interação”. Contudo, tal asserção carece de senso crítico e investigação empírica sobre as formas como tais tecnologias têm modificado nossas práticas de comunicação. É possível afirmar que, na verdade, são as práticas sociais e culturais as responsáveis por criarem terreno propício para o surgimento e evolução das tecnologias, e não o contrário:

(...) toda mudança técnica, ou estruturação de um novo mercado, não é uma ruptura na economia geral da comunicação, pois uma economia da comunicação em escala individual ou social é algo bem distinto de uma tecnologia. Se uma tecnologia de comunicação desempenha um papel essencial, é porque simboliza, ou catalisa, uma ruptura radical de ordem cultural,

mem novas características”.

ocorrendo simultaneamente na sociedade. (...) Dito de outra forma, de uma tecnologia de comunicação, o essencial é menos a performance da ferramenta do que a ligação existente entre essa técnica, o modelo cultural de relacionamento dos indivíduos e o projeto para o qual essa tecnologia está destinada. A técnica não é suficiente para mudar a comunicação da sociedade, e é por essa razão que numerosas “revoluções das tecnologias de comunicação” não tiveram impacto esperado, simplesmente porque não estavam em sintonia com nenhum movimento mais geral relativo à evolução do modelo cultural de comunicação. (WOLTON, 2012, p. 32-33)

Também Shirky (2011, p. 18) nos ensina que “os usos sociais de nossos novos mecanismos de mídia estão sendo uma grande surpresa, em parte porque a possibilidade desses usos não estava implícita nos próprios mecanismos”, mas em grande parte porque “o uso de uma tecnologia social é muito pouco determinado pelo próprio instrumento” (SHIRKY, 2011, p. 18).

Até mesmo Pierre Lévy, grande entusiasta da Internet e da cibercultura, reconhece os efeitos limitados das tecnologias – sobretudo aquelas pertencentes ao grupo de técnicas que possibilitou o nascimento daquilo que o autor chama de *ciberespaço*. Ao refletir sobre seu funcionamento e estrutura, o filósofo busca desmentir a ideia de que as transformações por que passa a sociedade são efeitos diretos do uso cada vez maior de tecnologia (como se as tecnologias tivessem um “impacto”), ressaltando a relação ontológica existente entre homem e técnica. Para ele, aquilo que hoje tem sido chamado de “novas tecnologias” pode ser compreendido como parte de um processo social e “recobre, na verdade, a atividade multiforme de grupos humanos, um devir coletivo complexo que se cristaliza sobretudo em volta de objetos materiais, de programas de computador e de dispositivos de comunicação” (LÉVY, 1999, p. 28).

Seria ingênuo, dessa forma, associar as mudanças nas estruturas sociais somente às tecnologias, da mesma forma que seria ingênuo acreditar que tais aparatos são responsáveis por mudanças linguísticas sem precedentes, como se a língua e as formas de comunicação não sofressem constantes mudanças ao longo do tempo e em virtude do uso:

essas mudanças decorrentes da tecnologia se encaixam em mudanças sociais mais amplas. A vida contemporânea está mudando em muitos aspectos e isso impacta a linguagem e as práticas comunicativas. A tecnologia é parte central disso, mas é apenas um elemento num conjunto de fatores interligados (BARTON E LEE, 2015, p. 12).

Apesar de as mudanças sociais acontecerem de modo mais lento e, talvez, menos perceptível do que as mudanças no âmbito da tecnologia – já que normalmente avaliamos a evolução tecnológica pela produção de artefatos técnicos –, é possível afirmar, com Xavier (2013, p. 47), que o acesso cada vez maior aos novos sistemas de interação digital provocou alterações “no padrão de consumo de informação e representou uma ampliação significativa nas formas de interação, com destaque para as que acontecem a distância”. Ou seja, essas transformações acarretam em mudanças nas práticas culturais, sociais e linguísticas daqueles que passaram a utilizar esses novos aparatos técnicos mediadores de comunicação e interação, não pelo aparato em si, mas por ele satisfazer uma necessidade já existente na sociedade, necessidade esta que irá se materializar na forma como utilizamos esses meios técnicos.

Para Xavier (2013, p. 48), a *convergência tecnológica* tem papel fundamental nessas transformações sociais, uma vez que, ao colocar em um mesmo suporte os diferentes dispositivos de comunicação e informação, fez com que os indivíduos se dessem conta do potencial de produção de conteúdo e comunicação que possuíam, ocasionando na procura por “outros sujeitos com quem pudessem partilhar algo em comum e assim conseguissem tecer sua rede de relações sociais em um permanente processo de ampliação”.

O autor pontua, contudo, que, para que essa convergência aconteça de forma plena, é necessário que se crie uma “malha social extensa, forte e coesa” (XAVIER, 2013, p. 55) em torno dos aparatos tecnológicos, o que também é corroborado por Shirky (2011, p. 75), para quem “a motivação para compartilhar é o fator determinante. A tecnologia é apenas o facilitador”, mostrando como a necessidade e a organização social são os motores das transformações na comunicação humana, encontrando na tecnologia “apenas” uma forma de dar vazão ao que já era desejo do ser humano. Xavier (2013, p. 56) ressalta

ainda a importância de que exista uma espécie de identificação entre os usuários, para consolidar sua relação como membros de uma mesma comunidade virtual. Em outras palavras, aquilo que temos a impressão de ser práticas absolutamente novas parecem ser mais um “eco daquele antigo modelo de cultura, agora com roupagem tecnológica” (SHIRKY, 2011, p. 23).

Sendo assim, torna-se clara a relação que a tecnologia tem com nossas práticas sociais e, conseqüentemente, com a linguagem. É no encontro dessa tríade – aparato técnico, prática social e linguagem – que este trabalho se desenvolve, com o objetivo de demonstrar, por meio de uma análise dialógica de um caso específico de interação *on-line*, como as possibilidades abertas pelos recursos tecnológicos criaram diferentes espaços de interação social e, por conseguinte, novas formas de concepção de identidade do sujeito. Para tanto, torna-se necessário, antes, algumas palavras sobre a linguagem *on-line* e a questão da identidade no meio virtual.

Linguagem *online* e identidade

Convergência de linguagens é o termo normalmente adotado para se referir à coexistência de diferentes semioses no ciberespaço. Concomitantemente, porém, o mesmo espaço virtual também é responsável por um grafocentrismo nunca antes visto, dado que a maior parte dos conteúdos veiculados na Internet faz uso da linguagem verbal escrita. Esse uso massivo, por si só, já é suficiente para imprimir à escrita pequenas mudanças em relação àquela realizada sobre o papel, observáveis por qualquer usuário desse sistema: o “desejo de interação com um número maior de interlocutores faz com que os locutores virtuais utilizem a linguagem verbal, neste novo espaço de comunicação, com mais rapidez e praticidade” (XAVIER, 2013, p. 16). Em última análise, esses usos acabam sendo “transformações de comunicação e de construção de sentidos” (BARTON; LEE, 2015, p. 13), o que nos imputa a necessidade, como linguistas, de analisá-los, buscando a compreensão das dinâmicas dos espaços *on-line* mediados por textos. Tais dinâmicas, como tentamos mostrar a seguir, têm papel fundamental na constituição da identidade do sujeito, motivo pelo qual tecnologia, linguagem e identidade são tomadas de forma tão vinculada neste texto. Expliquemos melhor.

Uma característica do ciberespaço, segundo Lemos (2015, p. 73), é o desejo de conexão por parte de seus usuários. A interação entre indivíduos de lugares distintos, porém com interesses afins, cria o que se chama de *comunidade virtual*. Segundo Neves (2014, p. 57), as comunidades virtuais podem ser definidas como “grupos de pessoas com interesses comuns que se comunicam estruturalmente através de meios eletrônicos, principalmente através da internet”, visão bastante parecida com a de Rheingold (1993, p. 5), para quem comunidades virtuais são “agregados sociais que surgem na rede quando pessoas em número suficiente se engajam em discussões longas o bastante com sentimento humano suficiente para formar teias de relacionamento pessoal no ciberespaço”.

As relações no ciberespaço passam a acontecer, portanto, a partir do intercâmbio de afinidades e sentimentos comuns entre sujeitos, independentemente de suas localizações geográficas. No entender de Neves (2014, p. 58), o ciberespaço “agencia a quebra das fronteiras geográficas, por um lado, e, por outro, gera novos territórios, identidades e práticas sociais, lugares e não lugares”, fazendo com que a noção de territorialidade tenha vínculo não mais com a geografia, mas com a busca de um lugar de pertencimento por parte de seus usuários.

Para o autor, as interações virtuais remetem à possibilidade de inserção da identidade individual dentro da coletiva. Os sujeitos, munidos de seus desejos e especificidades individuais (sociais, econômicas, de formação, de pensamento), partem em busca de uma identidade coletiva e de pertencimento a um grupo, o que nem sempre encontram dentro de seus limites geográficos.

Além dessa possibilidade de interação, outra característica do ciberespaço é que ele dá a possibilidade de questionamento e de produção independente de conteúdo, o qual deixa de ser ofertado unicamente pela grande mídia e passa a ser uma possibilidade para todos os usuários da rede. O ciberespaço, por meio das páginas de tipo *wiki* e de *blogs*, por exemplo, abre a oportunidade para que aqueles indivíduos – até então negligenciados pela sociedade – tenham um espaço de voz (NEVES, 2014, p. 77 ss). Esse espaço permite, inclusive, que grupos sociais até então marginalizados e silenciados, como a comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), por exemplo, passem a ter voz para geração de visibilidade positiva do movimento, conforme trazido por Jesus (2012b, p.1):

Como espaços alternativos de sociabilidade, as redes digitais têm possibilitado a propagação, com menos intermediários e para uma audiência relativamente grande, de contradiscursos acerca de regras estabelecidas de comportamento e de modelos fixos de identidade.

Além disso, no ciberespaço, a validação de uma informação se dá pela diversidade de coesão: “não há na internet uma verdade, mas várias verdades que negociam dentro do processo de validação” (NEVES, 2014, p. 67). As diferentes possibilidades de realidade e de interação entre os sujeitos contribuem, dessa forma, para uma nova delimitação da identidade do indivíduo contemporâneo.

Nesse contexto, tal como também acontece no mundo *off-line*, um mesmo sujeito pode possuir e desenvolver identidades distintas, participando de diferentes comunidades virtuais. Esse fenômeno de identidades intercambiáveis é explicado por Hall (2015, p. 12), o qual pontua que,

à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com as quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.

As diferentes identidades assumidas pelos sujeitos pertencentes a um determinado grupo de interação virtual podem, contudo, ser percebidas por meio de suas variadas interações na *Web 2.0*. Uma resposta ou comentário a uma notícia, por exemplo, podem manifestar ideias e ideologias concernentes a um determinado grupo ou comunidade virtual. Barton e Lee (2015, p. 93 ss) afirmam ainda que as diversas possibilidades que o usuário tem – por meio das novas mídias – de falar sobre si mesmo fazem com que possa criar e atualizar suas próprias autobiografias.

As novas mídias oferecem possibilidades para que os sujeitos documentem e explorem suas vidas cotidianas e suas próprias identidades de forma escrita, por meio de imagens e outros elementos multimodais (BARTON; LEE, 2015, p. 94). Segundo eles, “identidade *on-line* não diz respeito apenas

a quem somos, mas também a quem queremos ser para os outros, a como os outros nos veem” (grifo dos autores).

Entende-se, portanto, que “nossas ferramentas de mídia social não são uma alternativa para a vida real, são parte dela” (SHIRKY, 2011, p. 37). Torna-se necessário, assim, investigar de que maneira a cibercultura tem sido relevante para a constituição e/ou manutenção das identidades dos sujeitos, o que pode ser feito, acreditamos, pela análise discursiva de fenômenos de interação no ciberespaço, conforme delineamos a seguir.

Comentários *online*: identidade e posicionamento

O ciberespaço, como mencionado na seção anterior, cria um terreno fértil para a produção de textos *on-line* por parte dos seus usuários, além de uma maior interação destes com os conteúdos disponíveis na rede, já que o número de intermediários entre usuário e conteúdo encontra-se hoje reduzido apenas à ferramenta tecnológica, e não mais a editores humanos. Nessa dinâmica, um ponto relevante dos espaços *on-line* criados pela *Web 2.0* é justamente o seu sistema de comentários (BARTON; LEE, 2015, p. 22), que dão ao leitor um papel mais atuante e a capacidade de interferirem ativamente nos textos *on-line*.

O acesso mais simplificado às novas tecnologias tende a traçar uma linha tênue entre o que se entende por vida *on-line* e *off-line*, como pontuam Barton e Lee (2015, p. 97): “com *smartphones* e outros dispositivos móveis, estamos sempre *on* e isso, certamente, torna imprecisa a fronteira entre nossas chamadas vidas *on-line* e *off-line*, e entre nossas *personae* pública e privada”. A divulgação de conteúdo e as reações aos conteúdos publicados na Internet acontecem de maneira muito mais imediata e acessível. Prova disso é o grande número de comentários (e respostas aos comentários) em diversas plataformas de notícias *on-line*, por exemplo.

Escrever *on-line* é uma prática de afirmação individual por meio da escrita (BARTON; LEE, 2015, p. 93 ss). A concretização da intenção de publicar um texto em um *blog* ou rede social, ou até mesmo de comentar em uma reportagem, faz parte do processo de construção da(s) identidade(s) do indivíduo, uma vez que essas expressões normalmente são vinculadas a opiniões ou sentimentos em relação a algo ou alguém.

Para Barton e Lee (2015, p. 22), “comentar é um ato importante de se posicionar e posicionar os outros”, e os motivos que instigam os usuários a reagirem e escreverem *on-line* são variados⁴. Uma notícia sobre um assunto que é de total domínio do sujeito e, por consequência, de seu grande interesse pode fomentar o desejo pela interação. Em outros casos, narrativas que defendem posicionamentos políticos e ideológicos diferentes daqueles do sujeito, por exemplo, podem igualmente fazer com que ele se sinta compelido a reagir. Sendo assim, é difícil determinar precisamente que contextos ou assuntos servirão de gatilho para a interação do leitor em um determinado texto *on-line*, o que não parece diminuir, entretanto, a quantidade significativa de conteúdo produzido e de interações realizadas por meio da grande rede.

Uma hipótese para a necessidade de muitos usuários manifestarem publicamente suas opiniões e posicionamento tem relação com a dependência que se tem do olhar do *outro* (NEVES, 2014, p. 74 ss). Esse “tipo contemporâneo de fragilidade” (NEVES, 2014, p. 74) pode fazer com que o indivíduo exalte a si mesmo e o que acredita, como estratégia para burlar a solidão, uma vez que o ciberespaço pode criar no sujeito a sensação de nunca estar sozinho, fenômeno que parece ter sido ainda mais exacerbado pelas possibilidades da comunicação remota, as quais, ao mesmo tempo, permitem o isolamento geográfico do indivíduo, mas o contato entre sujeitos. Tal configuração parece, inclusive, ser muito própria da cibercultura: se o que se busca no mundo virtual é o pertencimento, não possível, muitas vezes, pelas fronteiras geográficas da vida real, conforme são testemunho as inúmeras comunidades virtuais existentes no ciberespaço, é de se supor que a constante necessidade de pertencimento precise tomar variadas formas, inclusive com a marcação da identidade desse sujeito e de suas opiniões nas diversas instâncias em que isso se torna possível na *web*.

Dessa forma, há uma relação dialógica no processo de afirmação identitária por meio das manifestações escritas *on-line*: cada usuário busca percursos de exaltação do que quer ser, em detrimento daquilo que não se deseja ser

⁴ Sobre os motivos que levam as pessoas a uma participação tão intensa do mundo virtual, interagindo com outros e produzindo conteúdo gratuitamente, ver o livro de Shirky (2011), intitulado *A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado*.

(NEVES, 2014, p. 73 ss). Inclusive, uma das técnicas para rechaçar o que não se deseja ser tem sido a crítica odiosa (conforme veremos no exemplo analisado), investida de grande rancor e tom pesado, algo que, ao que parece, existe menos na vida *off-line*, já que pressuporia, em muitos casos, até mesmo um embate físico. A forma como a Internet serve de escudo para tais embates, seja pela possibilidade de anonimato seja pela prerrogativa de se bloquear alguém com cujas ideias não se tem afinidade, pode também ser um motivo que faz com que os interlocutores sintam necessidade de manifestarem seus posicionamentos, em relação a determinados conteúdos, uma forma simbólica de demarcação de identidade. Essa reafirmação pode, inclusive, como tão frequentemente acontece, gerar confrontos e embates entre usuários, cujos posicionamentos diferem, como veremos a seguir.

Entendemos, assim, que o posicionamento de um sujeito é interativo e intersubjetivo (BARTON; LEE, 2015, p. 177 ss), o que significa que as posturas assumidas por esse sujeito são direcionadas e interpretadas por um público específico e, de certa forma, antecipam a reação desse público. Barton e Lee (2015, p. 117 ss) associam a manifestação desses posicionamentos às posturas chamadas de epistêmica e afetiva. Para os autores, esta tem vínculo com a expressão de sentimentos e juízos pessoais, enquanto aquela se relaciona com a afirmação de fatos, conhecimentos e crenças. Ainda,

a maneira como o falante e o ouvinte (ou leitor e escritor) entendem a declaração de postura pode então moldar novas enunciações de postura na interação. Portanto, além daquele que se posiciona, do objeto e dos recursos que permitem um posicionamento, adicionamos um quarto componente, o *destinatário*, que pode ser o leitor ou o ouvinte em qualquer situação de posicionamento. (BARTON; LEE, 2015, p. 118)

O posicionamento assumido pelos usuários em ambientes de escrita *on-line*, manifestável, entre outras maneiras, pela participação nos sistemas de comentários da *Web 2.0*, objeto de nossa análise aqui, é parte essencial da interação virtual. Esse espaço de interlocução, muitas vezes, acaba tornando-se o foco das publicações pelo embate discursivo entre os usuários que se

posicionam em relação a elas. Isto é, em muitos casos, a interação por parte dos interlocutores foge do espectro central do objeto da postagem, vídeo ou notícia, e o sistema de comentários torna-se palco de discussão de assuntos distintos do original, fato esse observado por Barton e Lee (2015) ao analisarem a plataforma de vídeos *on-line* YouTube e como os usuários utilizavam os comentários para, além de comentarem positiva ou negativamente sobre os vídeos, iniciarem novas discussões e assuntos variados. A fim de verificar o funcionamento dessas dinâmicas, faremos, a seguir, a análise dialógica de uma notícia *on-line*, com foco na interação dos leitores por meio dos comentários.

Análise

Feitas essas ponderações a respeito das mudanças nas práticas sociais, seu vínculo com as novas tecnologias e como essas tecnologias propiciaram uma maior possibilidade de interação e de expressão de posicionamentos por parte dos interlocutores de um dado texto *on-line*, passamos a uma breve análise que tem como objetivo verificar como se dão as interações dos sujeitos e entre os sujeitos nos comentários de uma notícia. Para tanto, optamos por uma análise dialógica do discurso (ADD), por entendermos o discurso como “a língua em sua integridade concreta e viva” (BAKHTIN, 2015 [1963], p. 207) e a importância de voltarmos nossos olhares para a orientação dialógica intrínseca à língua. Segundo a perspectiva bakhtiniana, esse dialogismo se dá por meio das relações dialógicas – que se materializam por meio de enunciados – e

são irreduzíveis às relações lógicas ou às concreto-semânticas, que *por si mesmas* carecem de momento dialógico. Devem personificar-se na linguagem, tornar-se enunciados, converter-se em posições de diferentes sujeitos expressas na linguagem para que entre eles possam surgir relações dialógicas. (BAKHTIN, 2015[1963], p. 209, grifos do autor)

Além disso, uma análise de viés dialógico deve voltar o olhar para a linguagem em uso, para as práticas discursivas mobilizadas em enunciados concretos, levando em consideração os contextos de produção e circulação de discursos.

Vale considerar que, conforme aponta Cunha (2009, p. 24), nas pesquisas que têm como objeto de estudo enunciados advindos da mídia, não basta fazer análise de conteúdo, mas “estudar o funcionamento dos discursos da mídia, mais especialmente, como os acontecimentos são criados, representados, a partir da análise da escolha das palavras e do processo de retomada de outros discursos”. Para a autora, é necessário ainda tomar como nível de análise a circulação de enunciados, buscando a compreensão das relações dialógicas e históricas existentes entre eles.

Considerando, desse modo, que um discurso dialógico é aquele cujas relações extralinguísticas não podem ser desassociadas do campo do discurso, passamos à compreensão de que “as relações dialógicas podem penetrar no âmago do enunciado, inclusive no íntimo de uma palavra isolada se nela se chocam dialogicamente duas vozes” (BAKHTIN, 2015 [1963], p. 211). Esse encontro entre duas vozes em um mesmo enunciado é chamado de *discurso bivocal* – que surge sob as condições dialógicas de comunicação e de vida da palavra. Os discursos de um sujeito estão sempre carregados das palavras de outros, como afirma Bakhtin (2015[1963], p. 223): “as palavras do outro, introduzidas na nossa fala, são revestidas inevitavelmente de algo novo, da nossa compreensão e da nossa avaliação, isto é, tornam-se bivocais”.

Sendo assim, pela perspectiva *bakhtiniana*, entendemos que todos os enunciados apresentam bivocalidade, uma vez que, “apesar das diferenças substanciais, todos esses fenômenos têm um traço comum: aqui a palavra tem duplo sentido, voltado para o objeto do discurso como palavra comum e para um *outro discurso*, para o *discurso de um outro*” (BAKHTIN, 2015 [1963], p. 212, grifos do autor). Isso significa assumir a existência de uma dupla orientação do discurso, que faz com que sempre se considere o discurso alheio. Esse fato se faz evidente ao adentrarmos mais profundamente na análise de alguns comentários, buscando verificar que outras vozes e discursos dialogam em cada enunciado.

Isso posto, passamos para a notícia selecionada para análise, intitulada “Transexuais e travestis poderão usar nome social no serviço público federal”⁵,

⁵ Fonte: Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/04/dilma-autoriza-gays-usar-nome-social-no-servico-publico-federal.html>> Acesso em: 28 de julho de 2016.

escrita pelo jornalista Filipe Matoso e publicada em 28 de abril de 2016, na plataforma *on-line* do grupo G1. A postagem buscou noticiar e descrever o Decreto nº 8.727, assinado, em 28 de abril de 2016, pela presidente eleita Dilma Rousseff, que autoriza o uso do nome social nos órgãos do serviço público federal (universidades federais, ministérios, empresas estatais) por pessoas da comunidade LGBT.

Além de relatar o evento da assinatura do Decreto, a notícia explica de maneira simplificada a noção de nome social⁶ e pontua que, apesar de a adoção do nome social já estar prevista nos regulamentos de alguns órgãos, o Decreto passa a funcionar como regra geral no âmbito federal. Ainda, há relato do secretário especial de Direitos Humanos do Governo Federal, Rogério Sottili, mencionando a relevância social que essa medida possui para a sociedade e, especialmente, para a comunidade LGBT.

Como é de praxe nas diversas plataformas de notícias *on-line*, o G1 oferece a ferramenta de comentários para suas postagens⁷. Nessa página, especificamente, além de comentar, os usuários podem reagir positiva ou negativamente aos comentários de outros usuários – através de botões com símbolos de negativo e positivo – e podem respondê-los. O próprio site oferece ao leitor duas opções de leitura desses conteúdos: os comentários podem ser sortidos de modo que sejam vistos primeiro os mais recentes ou os mais populares (com maior quantidade de reações positivas ou negativas).

Para esta pesquisa, optamos pela análise do comentário mais popular (com 66 reações positivas e 13 negativas na época de fechamento deste texto), e de algumas das 18 respostas que esse comentário teve. O comentário principal em foco (escolhido, lembramos, por ser o mais popular) demonstra concordância evidente com as medidas vinculadas na notícia, por meio da expressão “Justo!”, única manifestação do autor da postagem. Trazendo à baila as definições acerca da postura assumida pelo falante/escritor, podemos inferir que esse comentário assume uma postura afetiva, em que o usuário deixa transparecer sua opinião pessoal sobre a notícia, de apoio ao fato noticiado.

⁶ Nome pelo qual o sujeito transgênero se identifica e é identificado socialmente.

⁷ A ferramenta de comentários da plataforma G1 permite apenas que usuários identificados por meio de cadastrado no portal ou acesso via *Facebook* comentem nas postagens da página, não permitindo, portanto, comentários anônimos.

Cabe ressaltar, neste momento, que a temática de que trata a referida notícia – nome social e comunidade LGBT – faz-se relevante ao considerarmos a possibilidade de inclusão propiciada aos sujeitos transgêneros por meio do uso do nome social e a visibilidade ao movimento, pelo compartilhamento de informações na mídia e nas redes de interação virtuais. Por outro lado, as discussões sobre essas questões incitam aqueles que, munidos de juízos de valor vinculados à religião, ideais políticos ou à concepção de gênero atrelada à biologia – que considera anormal qualquer manifestação de gênero diferente da pré-determinada biologicamente – a se manifestarem, por vezes de modo negativo ou confrontador, como, de fato, acontece no caso analisado, conforme examinamos a seguir.

De todas as entradas feitas nesse comentário, algumas chamam a atenção pelo fato de estabelecerem um diálogo entre o usuário (A⁸), que teceu o comentário inicial, e um segundo (B), o qual, discordando da postura do primeiro, inicia uma espécie de debate. Nesse diálogo específico de que tratamos, é possível perceber como o objetivo do campo de comentários mudou, deixando de ser apenas a reação positiva ou negativa ao fato noticiado, mas um duelo ideológico, quicá ofensivo, que traz à discussão fatos totalmente distintos. Tomemos como exemplo o comentário e sua primeira resposta:

A: Justo!

B: Provavelmente vc anda com a escória da sociedade e por isso se identificou. Viva Ustra e Viva a República de Curitiba⁹

Nesse excerto, percebemos como o usuário B aparenta estar inconformado com o apoio à notícia e à temática por parte de A. Não somente isso, como também trouxe em sua resposta revozeamentos de discursos excludentes, como a associação do movimento LGBT à “escória”. Esse compor-

⁸ Os comentários feitos na notícia veiculada são identificados com nome ou apelido do usuário, conforme cadastro. Optamos, porém, por não transcrever os nomes dos usuários, nomeando-os como A, B, C etc.

⁹ Comentários da notícia “Transsexuais e travestis poderão usar nome social no serviço público federal”. Brasília: G1, 28/04/2016

tamento de violência e opressão à comunidade LGBT pode ser chamado de *LGBT fobia*, ou no caso específico das pessoas transexuais, *transfobia*¹⁰.

Indo mais além, B ainda interpreta que o apoio a uma causa ou movimento social condizente com o atendimento aos direitos humanos e fundamentais dos indivíduos não pode ocorrer de forma independente. Ao afirmar “*Provavelmente vc anda com a escória da sociedade e por isso se identificou*”, B deixa subentendida sua crença na ideia de que caso alguém respeite os direitos da comunidade LGBT, esse alguém deve, necessariamente, se identificar com esse grupo e/ou possuir proximidade com ele.

A possibilidade de expressão oferecida aos usuários da rede é elemento imprescindível para a concretização da interação entre os interlocutores e para os processos de construção de suas autorrepresentações. Isso se dá pela delimitação de seus posicionamentos. Para Barton e Lee, o posicionamento do falante/escritor é fundamental para o processo de interação, pois

ele não se limita a assinalar as opiniões de quem se posiciona pela escolha cuidadosa do vocabulário e outros recursos; algumas pessoas também podem querer reforçar um senso único de eu, a fim de se destacar numa comunidade mais ampla de pessoas que se posicionam (BARTON; LEE, 2015, p. 118-119).

Contudo, não é incomum que essa possibilidade de expressão se confunda com uma sensação de liberdade plena de expressão, desconsiderando o respeito aos direitos do outro e se aproximando do discurso de ódio, que, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), “encontra-se em uma conexão complexa com as liberdades de expressão, individual, de grupo e os direitos das minorias, bem como conceitos de dignidade, liberdade e igualdade” (UNESCO, 2015, p.10, tradução nossa¹¹).

¹⁰ Apesar de não ser o foco de nossa análise aqui, chama atenção também que o próprio site parece não entender a diferença entre homossexual e transexual, uma vez que, na barra de endereço da notícia, ela é veiculada como “Dilma autoriza gays a usar nome social no serviço público federal”, diferentemente do real objeto do Decreto: o uso de nome social por transexuais. Tal “deslize” já demonstra, por si só, o posicionamento do Portal em relação ao tema.

¹¹ Hate speech lies in a complex nexus with freedom of expression, individual, group and

Além da percepção do discurso discriminatório perante a comunidade LGBT no comentário de B transcrito acima, podemos verificar como esse usuário, para reiterar seu posicionamento e demarcar o lugar de onde fala, trouxe outras duas declarações, que parecem não possuir relação direta com o assunto de que trata a notícia ou o comentário que responde: “*Viva Ustra e Viva a República de Curitiba*”. Se considerarmos o contexto político vigente no momento de publicação da notícia, entretanto, podemos perceber como esse interlocutor buscou demarcar suas crenças e seu posicionamento por meio dessas expressões, ao por em diálogo diferentes discursos que, em conjunto, tecem a significação de sua fala.

Carlos Alberto Brilhante Ustra foi um militar reconhecido pela Justiça como torturador durante a ditadura militar e, apesar de sua morte em 2015, a notoriedade das atrocidades cometidas por Ustra o procedem. Em 17 de abril de 2016 – alguns dias antes da data de publicação da notícia analisada nesta pesquisa – o nome de Ustra foi lembrado pelo deputado do PSC (Partido Social Cristão) Jair Bolsonaro, que homenageou o militar durante a votação do processo de *impeachment* da presidente eleita Dilma Rousseff, que foi presa política e torturada durante a ditadura.

Ao dizer “*Viva Ustra*”, esse usuário elabora um discurso implícito que manifesta apoio à ditadura militar e ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff – apoio esse também passível de inferência pelo uso da expressão seguinte “*Viva a República de Curitiba*”. Essa expressão¹² passou a ser utilizada como sinônimo de orgulho regional no estado do Paraná e como um novo tipo de identidade (COISSI, 2016) por parte de alguns indivíduos, não só no quesito ufanista e territorial, mas também como demarcação de um posicionamento político.

Sendo assim, seguimos para o que Bakhtin entende por *contexto* de um discurso. Para o autor, a palavra reflete os diversos outros contextos com que dialoga e não apenas o seu contexto imediato. Esse diálogo tem a capacidade

minority rights, as well as concepts of dignity, liberty and equality.

¹² A expressão “República de Curitiba” foi cunhada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em conversa telefônica com a presidente eleita Dilma Rousseff interceptada durante as investigações da Operação Lava Jato, da Polícia Federal, que é liderada pelo juiz Sérgio Moro e tem sede em Curitiba, Paraná. (COISSI, 2016)

de assumir e resgatar outras realidades, como se evidenciou a partir dos excertos analisados acima. Ainda sobre a situação extraverbal da palavra, relação entre discurso e seu contexto, Volochínov (2013, p. 77) afirma:

A palavra na vida, com toda evidência, não se centra em si mesma. Surge da situação extraverbal da vida e conserva com ela o vínculo mais estreito. E mais, a vida completa diretamente da palavra, que não pode ser separada da vida sem que perca seu sentido.

O autor afirma ainda que a enunciação se manifesta por dois aspectos: a realização verbal em si e os conhecimentos subentendidos e compartilhados pelos interlocutores, o que significa que a situação – contexto extraverbal – é um integrante semântico necessário da enunciação.

Somente a partir dessa breve análise de dois dos 129 comentários da notícia do G1 sobre o Decreto nº 8.727 de 28 de abril de 2016, é possível notar como a relação criada pelo encontro entre os diferentes interlocutores, munidos de suas bagagens discursivas, é capaz de gerar desdobramentos que podem ir muito além do assunto principal noticiado e podem também representar um espaço de manifestação identitária desses interlocutores.

Considerações finais

Feitas essas breves reflexões sobre as novas tecnologias, o ciberespaço e também sobre as possibilidades de expressão e interação nos ambientes de escrita *on-line*, pudemos verificar como esses espaços, criados pela combinação de aparatos tecnológicos específicos, contribuem para a formatação contemporânea das práticas sociais e como os usuários tendem a tecer manifestações de suas múltiplas identidades por meio de suas publicações e interações na rede.

Com base na análise com viés dialógico de alguns comentários feitos na notícia “Transexuais e travestis poderão usar nome social no serviço público federal”, publicada em 28 de abril de 2016, na página do G1, foi possível notar como esse sistema de *feedback* das postagens e textos *on-line* pode

servir tanto para que os leitores afirmem seus posicionamentos em relação ao tema, como também para que interajam e confrontem outros leitores, de cujas opiniões diferem, dando visibilidade para a relação intrínseca entre tecnologia, linguagem e identidade, tal como chamávamos atenção no início deste texto.

Essa demarcação de posição e, por consequência, de identidade, deve considerar, além das características linguísticas materializadas pelo texto, também os elementos implícitos que podem ser inferidos por meio da análise pragmática do acontecimento de fala. Como afirmam Barton e Lee sobre posturas inferidas, muitas vezes o que é dito pode não representar a totalidade do posicionamento do sujeito, portanto, “essa perspectiva crítica, ideológica e contextualizada pode ser combinada com conhecimentos da pragmática, que frequentemente tem por objetivo revelar não apenas o dito, mas o *não* dito pelos enunciados” (BARTON; LEE, 2015, p. 141).

Sendo assim, munidos de alguns elementos contextuais e pragmáticos que circundam o evento noticiado, pudemos perceber como alguns usuários utilizam o sistema de comentários da notícia para se posicionarem política e ideologicamente sobre a temática veiculada e além dela, ilustrando como esse sistema funciona como um espaço de voz para os interlocutores e como esses optam por manifestarem-se. Esses encontros discursivos evidenciam a presença de uma pluralidade de vozes intrínsecas aos discursos, mas tornada ainda mais facilmente realizável por meio das atuais condições tecnológicas, que permitem não só a interação desvinculada dos limites territoriais, como também a necessidade de um constante posicionamento como forma de compensar justamente pelo isolamento do sujeito na pós-modernidade.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015 [1963].

BARTON, David; LEE, Carmem. *Linguagem online: textos e práticas digitais*. Tradução Milton Camargo Mota São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

COISSI, Juliana. Expressão ‘República de Curitiba’ cria onda de orgulho regional no Paraná. *Gazeta do Povo*. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1755017-expressao-republica-de-curitiba-cria-onda-de-orgulho-regional-no-parana.shtml>. Acesso em 28/7/2016.

CUNHA, Dóris de A. C. Circulação, reacentuação e memória no discurso da imprensa. *Bakhtiniana*. São Paulo, v. 1, 2, 23-39, 2o sem. 2009.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Traduzido por Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

JESUS, Jaqueline G. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. In: *VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero. Anais*. Salvador: Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, 2012a. 15 p.

JESUS, Jaqueline G. A negação do corpo feminino. *Observatório Mídia & Política [Online]*, n. 2, 2012b.

LEMONS, André. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. 7ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MATOSO, Filipe. Transexuais e travestis poderão usar nome social no serviço público federal. *G1*, <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/04/dilma-autoriza-gays-usar-nome-social-no-servico-publico-federal.html>. Acesso em 28/7/2016.

NEVES, André de Jesus. *Cibercultura e Literatura: Identidade e Autoria em Produções Culturais Participatórias e na Literatura de Fã (fanfiction)*. Jundiaí, Paco Editorial, 2014.

POE, Marshall T. *A history of communications: media and society from the evolution of speech to the Internet*. New York: Cambridge University Press, 2011.

RHEINGOLD, Howard. *The virtual community: homesteading on the electronic frontier*. Cambridge: The MIT Press, 1993.

RÜDIGER, Francisco. *As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores*. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.

SHIRKY, Clay. *A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado*. Tradução de Celina Porocarrero. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

VOLOCHÍNOV, Valentin N. *A construção da enunciação e outros ensaios*. Tradução João Wanderley Geraldi. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

UNESCO. *Countering online hate speech*. Paris: Unesco Publishing, 2015.

XAVIER, Antonio Carlos dos Santos. *Retórica digital: a língua e outras linguagens na comunicação mediada por computador*. Recife: Pipa Comunicação, 2013.

WOLTON, Dominique. *Internet, e depois? Uma teoria crítica das novas mídias*. 3ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

CIBERSPACE AND IDEOLOGICAL POSITIONS IN ON-LINE COMMENTS

ABSTRACT

In this article we aim at establishing a relationship between the notions of *cyberspace*, *technology* and *contemporary social practices* based on the idea that on-line spaces make other forms of expression and interaction possible, which contributes to the formation and maintenance of identity. In order to do so, we analyze, through Bakhtin's dialogical perspective, the interaction between users in the space provided for on-line comments in a piece of news broadcasted by an important on-line newspaper.

KEYWORDS: cyberspace; on-line comment; identity